

A SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E LABORAL NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

1. INTRODUÇÃO

Devemos confessar a nossa dificuldade em isolar o Distrito de Castelo Branco do resto do País. É que, o Distrito não é uma ilha isolada do resto pois, apesar de ter uma identidade muito própria com os seus estrangulamentos e potencialidades, não deixa de sofrer ou beneficiar de tudo o que se passa à sua volta.

É que, hoje, para se pensar, projectar e concretizar o desenvolvimento da nossa região é indispensável ir para além do pequeno espaço do nosso distrito. É necessário ter uma visão de um conjunto que passa, inevitavelmente pelos distritos da Guarda e de Castelo Branco e, em especial, pelo eixo Guarda – Belmonte -Covilhã -Fundão -Castelo Branco - Zona do Pinhal, sem esquecer a Raia e, através da melhoria das acessibilidades serranas e a ligação a Coimbra abrangerá também os Concelhos de Seia, Gouveia e Manteigas entre outros. Além da inserção do distrito no espaço nacional é também necessário enquadrá-lo nas dinâmicas europeias dado o progressivo aprofundamento da integração económica, social e política que se vem desenhando e implementando à revelia de vastas camadas da população. Neste contexto reafirme-se a posição estratégica do eixo Guarda -Castelo Branco na inserção da economia portuguesa na europeia que no entanto, é minorizada senão desprezada pelas políticas dos sucessivos governos.

O Distrito de Castelo Branco é, tal como outras do Interior, um Distrito deprimido, envelhecido, discriminado e esquecido nas políticas de investimento, nos Orçamentos de Estado, no acesso aos Fundos Estruturais, etc. E, tudo isto se agrava porque a economia portuguesa, com um crescimento inferior à média comunitária, manteve e acentuou as suas fragilidades e vulnerabilidades; manteve uma especialização baseada essencialmente em produtos de fraca riqueza incorporada e de escasso conteúdo tecnológico e científico; fez diminutos progressos em relação à produtividade média comunitária; manteve uma elevada dependência de importações; continuou a apostar na mão-de-obra barata; desperdiçou, por má orientação, um significativo volume de investimento, designadamente no sector produtivo.

Ora, estes problemas agudizaram-se também com a política do Governo que fez da redução do défice o único objectivo de política económica.

Esta situação, que é necessário alterar, tem originado o aumento da injustiça social e dos entraves ao desenvolvimento e ao progresso social e é responsável pela exclusão social e pela cada vez maior distância entre Portugal e os restantes países da U.E. e em Portugal, para além das bolsas de pobreza nas regiões ditas desenvolvidas do litoral (Lisboa e Porto), entre o litoral e o interior com reflexos intensos e até dramáticos nas regiões do interior como é o Distrito de Castelo Branco.

No País e no Distrito é cada vez mais evidente que as opções dos sucessivos governos têm constituído autênticos actos falhados. Vejam-se as opções e os resultados do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), dos Programas Operacionais decorrentes dos vários Quadros Comunitários de Apoio e até dos primeiros resultados do Quadro de Referência Estratégica Nacional. Veja-se o destino dos Estudos e propostas do Grupo de Trabalho "Beira Baixa que Futuro" e do PRASD (Programa de Recuperação das áreas e Sectores deprimidos) que não foram implementados, os sucessivos PIDDACs (Programas de Investimento e Despesas de

Desenvolvimento da Administração Central) que, em vez de serem um instrumento de Desenvolvimento sob a égide da Administração Central nas regiões, tem sido transformado num instrumento de propaganda que procura esconder opções centralistas e de discriminação do interior já que, ano após ano, a maior fatia do PIDDAC destina-se ao litoral, acentuando-se assim as assimetrias regionais com evidentes prejuízos para o Interior e também para o Litoral que vê aumentar sobre si a pressão demográfica.

Mas é evidente que as responsabilidades não são apenas do poder Central. Persistem tendências e práticas que é preciso alterar. Por exemplo:

- Não há poder regional e local forte e reivindicativo e falta visão estratégica. Tudo se vê ao nível de pequenos e efémeros poderes.
- Não há projectos de desenvolvimento regional mobilizadores, participados e em que todos se revejam.
- E os próprios e reais avanços em termos de acessibilidades em vez de servirem para atrair e fixar empresas e populações têm servido para nos levar mais depressa daqui para fora. Por isso, temos de novo a emigração interna e externa.

O tempo do espírito de capelinha e da exploração dos bairrismos bacocos e retrógrados, ainda pode dar votos dos distraídos, mas definitivamente não serve para potenciar o desenvolvimento harmonioso e sustentado do território.

A verdade é dura mas é dramaticamente real. As políticas seguidas levaram a que o conjunto do país e também a região não tivessem aproveitado os meios financeiros disponíveis, não utilizando a totalidade dos recursos e usando-os de forma pouco cuidada, por opções erradas, por falta de controlo e pela ausência de objectivos estratégicos.

E os resultados estão à vista e, no mínimo, são calamitosos e perspectivam um futuro de incerteza.

2. O QUADRO IMEDIATO

A situação económica, social e laboral da região degradou-se de forma preocupante:

- A indústria Têxtil (Lanifícios e Confecções) sendo a mais importante no emprego e no volume de negócios desta região foi e é fortemente condicionada pelas novas condições de concorrência internacional a que está sujeita, particularmente pela forma como decorreu a nossa adesão à Comunidade Europeia e a abertura da UE aos países de leste bem como pela forma como não foram devidamente acautelados os interesses da têxtil nas negociações da OMC que levaram à total liberalização do comércio internacional e porque os apoios aprovados no âmbito do IMIT (apoio à indústria Têxtil) foram selectivos, contribuindo para a concentração de empresas e conseqüente aumento do desemprego .
- Crescem as possibilidades de encerramento de empresas e o número de empresas que recorrem ao processo de insolvência. Calcula-se que só no sector têxtil (lanifícios e vestuário) estejam com dificuldades visíveis cerca de 10 empresas que empregam cerca de 750 trabalhadores (uma já encerrou). Esta situação é grave porque aprofunda a tendência para a desindustrialização que já atirou milhares de trabalhadores para o desemprego, sobretudo mulheres e jovens, incluindo licenciados e pó-graduados. Não podemos esquecer a destruição de centenas de micro, pequenas e médias empresas que arrastaram para o despedimento milhares de trabalhadores nos Lanifícios, nas Confecções, na Cerâmica e na Construção Civil,

nas madeiras, na metalurgia, no sector das águas, no Comércio Tradicional e na Restauração, etc.

EMPRESAS ENCERRADAS

E POSTOS DE TRABALHO DESTRUÍDOS

Período: Janeiro de 2000 a 27 de Novembro de 08

1. Confecções Alfilex	Castelo Branco	26 Trabalhadores
2. A. D. Lopes (confecções)	Tortosendo/Covilhã	90 Trabalhadores
3. AC 48 (Têxtil)	Covilhã	12 trabalhadores
4. Alcide Patricio Monteiro (confecções)	Belmonte	65 trabalhadoras
5. Álvaro Paulo Rato (Lanifícios)	Covilhã	54 trabalhadores
6. Américo de Sousa	Tortosendo/Covilhã	24 "
7. Américo de Sousa (lanifícios)	Tortosendo/Covilhã	24 trabalhadores
8. Ant. Jorge Paiva (confecções)	Tortosendo/Covilhã	25 Trabalhadores
9. António José Pereira Nina	Covilhã	57 "
10. Braz & Neto (Confecções)	Covilhã	22 trabalhadores
11. Camilla (Confecções)	Castelo Branco	167 trabalhadores
12. Campos Mello	Covilhã	72 Trabalhadores
13. Cardoso & C ^a (Confecções)	Castelo Branco	146 "
14. CIL	Covilhã	180 "
15. Confecções Baloja	Cebolais/C. Branco	41 "
16. Confecções de Montes da Senhora	Proença-a-Nova	40 Trabalhadoras
17. Confecções Montebela	Belmonte	220 trabalhadores
18. Confecções Musa	Dominguiso/Covilhã	60 Trabalhadores
19. Confecções Paulense	Paul/Covilhã	60 Trabalhadores
20. Confecções Pereiramar Ida	Proença-a-Nova	21 "
21. Confecções Tolela	Castelo Branco	11 "
22. Coviveste (lanifícios)	Covilhã	27 trabalhadores
23. Crangi (Confecções)	Covilhã	37 trabalhadores
24. Democral (Confecções)	Covilhã	6 Trabalhadoras
25. Dergui	Covilhã	80 "
26. Doriman (calçado)	Castelo Branco	10 Trabalhadores
27. Dressuomo (Confecções)	Castelo Branco	200 trabalhadoras
28. Engomadora da Cova da Beira	Fundão	40 "
29. Eres (Confecções)	Fundão	470 trabalhadores
30. Faz Moda (Confecções)	Covilhã	25 Trabalhadoras
31. Fiocarp	Covilhã	9 "
32. J. Vaz (Confecções)	Tortosendo/Covilhã	130 trabalhadores

33. José Sousa (Lanifícios)	Covilhã	19 trabalhadores
34. Libela (Confecções)	Belmonte	70 Trabalhadores
35. M. Carmona (Lanifícios)	Cebolais/C. Branco	110 trabalhadores
36. Maria Luísa Fernandes Lagares	Covilhã	8 "
37. Mataclau (Confecções)	Covilhã	12 trabalhadores
38. Nova Penteação (Lanifícios)	Covilhã,	460 trabalhadores
39. Reis & Craveiro	Fundão	40 Trabalhadoras
40. Salavessa, Ramos & Belo	Cebolais /C. Branco	14 Trabalhadores
41. Salvado & Louro (Lanifícios)	Covilhã	9 trabalhadores
42. Santos Lopes e Reis (Confecções)	Castelo Branco	60 Trabalhadoras
43. Selber (Confecções)	Belmonte	30 trabalhadoras
44. Sociedade Fabricantes (confecções)	Tortosendo/Covilhã	120 "
45. Sociedade Mouras Pereirinho	Cebolais/C. Branco	54 "
46. Stracon (Confecções)	Covilhã	50 Trabalhadoras
47. Tecitex/TCT	Covilhã	17 Trabalhadores
48. Têxteis J. Madeira & Adriano (Lanifícios)	ovilhã	5 trabalhadores
49. Tricogom	Tortosendo/Covilhã	34 "
50. Vaz Morão (Confecções)	Belmonte	30 Trabalhadoras

Um número significativo de empresas reduziu o seu número de trabalhadores pela via da rescisão dos contratos a prazo, da rescisão por "mútuo acordo" e por despedimentos arbitrários e unilaterais.

A redução verificou-se de uma maneira geral mas ela foi mais significativa nas seguintes:

- **Carveste** – Caria, passou de 640 para 360 trabalhadores.
Reduziu cerca de **280 trabalhadoras;**
- **Massito** - Fundão
Procedeu a **23 despedimentos**
- **CRAMIL** – Fundão
Procedeu a **23 despedimentos**
- **Amândio Saraiva**
Procedeu a **11 despedimentos**
- **Fiper**
Reduziu cerca de **50 Trabalhadores**
- **Avri**
Procedeu a **73 despedimentos**

Resumo

Empresas encerradas e ou paralisadas: 51

Postos de trabalho destruídos nas empresas encerradas: 3767

- Existe uma real quebra na carteira de encomendas que está a ter como consequência: a antecipação de férias; a redução de laboração nas empresas (uma vai recorrer ao Lay Off), na têxtil; o reaparecimento dos salários em atraso e o pagamento dos salários com atraso; o despedimento de trabalhadores por via da rescisão de contratos a termo nomeadamente:
 - Tessimax
 - Mendes e Leal

- F.Pinto/Vesticom
- Gil & Almeida
- Grasil
- Empresa Têxtil Brancal
- Alçada & Pereira
- Laneira

e pela via das empresas de trabalho temporário como foi o caso da **Delphi de Castelo Branco**;

- Os sectores com maior preocupação, para além da têxtil, são: sector automóvel e de componentes; construção civil; comércio tradicional e serviços; indústrias eléctricas; metalurgia, restauração (pequenos bares, restaurantes e cafés);

Não esqueçamos que:

- **O sector dos aglomerados de madeira desapareceu praticamente;**
- **O sector da Cerâmica vai desaparecendo de forma lenta e inexorável;**
- **No sector da Construção Civil** verificou-se o abandono da actividade de largas centenas de pequenos empresários e de trabalhadores por conta própria;
- **No Sector Metalúrgico**, verificou-se o desaparecimento e desmantelamento das grandes empresas e o **sector automóvel** procedeu ao despedimento de dezenas de trabalhadores;
- **O Sector do Comércio**, em especial o tradicional, é violentamente atingido pelos encerramentos e trespasses e pela insegurança no emprego;
- **No Sector das Águas** encerrou a única empresa da Covilhã as Águas Sete Fontes com 20 trabalhadores e as Águas do Alardo, no concelho do Fundão reduziram substancialmente o número de postos de trabalho;
- Só no concelho de C. Branco encerraram 89 PME's em 2007. Este ano serão mais de 15% os encerramentos no distrito. E, ainda assim, proliferam as grandes superfícies comerciais .
- A liquidação da pequena exploração agrícola é um facto já que, a agricultura continuou a definhar e a floresta a perder hectares, reduzindo o rendimento de muitas famílias pois, os apoios à agricultura foram insuficientes, traduziram uma desigual distribuição regional e não se concentraram na vertente da modernização. O atraso e lentidão do Regadio da Cova da Beira são paradigmáticos;
- Os serviços públicos continuam a desqualificar-se e a encerrar e os trabalhadores na situação de mobilidade especial (supranumerários) na Administração Pública têm a seguinte distribuição:

(EX)DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

- colocou 23 trabalhadores na situação de mobilidade especial. Destes **5 são trabalhadores do Distrito de Castelo Branco**, ocupando Castelo Branco, a par de Lisboa, o primeiro lugar em relação ao nº dos SME.

DIRECÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO

(Ex-Direcções Regionais da Agricultura e Pescas da Beira Interior e Beira Litoral)

- dos 805 trabalhadores das 2 Direcções (DRABI-326 + DRABL-479) colocou 261

trabalhadores na situação de mobilidade especial.

- **DRABI (antes) tinha 326 trabalhadores** nos diversos grupos profissionais:
 - Técnico Superior(80)** - Téc.sup. – dos 11 existentes na Drabi, 2 foram para a mobilidade especial.
 - Técnico(77)** - Engº Tec Agrário, 69 na ex-DRABI, 1 trabalhador para SME
 - Técnico Profissional(47)** - Agente tec agrícola - dos 14 trabalhadores - **3** foram para a mobilidade (sme) (1-gda, 2 CB) **(DR10)**
 - Tec. Prof. –dos 20 -8 sme (4 gda, 4 cb) **(DR17)**
 - Assistente Administrativo (48)**
 - Auxiliar (65)** - Aux. Agrícola: 13 – 11 sme **(DR36)**
 - Encarregada do pessoal aux., havia 1 trab – 1 mobilidade
 - Operário (9)** - Op Serralheiro, 2 da ex-drabi, foram os 2 para a mobilidade especial

DIRECÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

- colocou 163 (dos 1.348) trabalhadores na situação de mobilidade especial. Dos 18 trabalhadores existentes no distrito, 2 foram para a mobilidade (sme)
- Aumentou o desemprego, a emigração e o número de pensionistas em idade produtiva.

Estamos a pagar o erro estratégico de se ter apostado num modelo de crescimento assente nos baixos salários como forma de atrair investimento estrangeiro. E o erro foi determinante, uma vez que esse modelo não foi acompanhado de uma reestruturação industrial geral; não se apostou na diversificação nem se centraram as actividades nas fases dos processos produtivos de mais valor acrescentado nem tão pouco se deu formação profissional de qualidade mas apenas se andou a mascarar o desemprego com pseudo acções de formação profissional.

3. A SITUAÇÃO DO EMPREGO

Segundo os dados de 2006 dos Quadros de Pessoal do MTSS havia 41.504 trabalhadores por conta de outrém no distrito de Castelo Branco, dos quais 46% eram mulheres e 24% jovens com menos de 30 anos.

Mais de metade dos trabalhadores assalariados concentrava-se nos serviços, seguindo-se a indústria e a agricultura. Nos serviços, as actividades mais importantes eram o comércio, a saúde e acção social, o alojamento e a restauração e as actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas. A indústria transformadora empregava 28,8% dos trabalhadores, sendo de destacar a indústria têxtil com 13,3%. A construção empregava 12,8% do total dos assalariados.

A concentração do emprego dos mais jovens no sector dos serviços era ainda maior do que no total global, em contrapartida de um menor peso, ainda assim considerável, da indústria e muito residualmente da agricultura, como se vê no quadro seguinte.

Trabalhadores por conta de outrem no distrito de Castelo Branco, em 2006

	Total		Jovens até 30 anos	
	Número	Peso de cada sector (%)	Número	Peso de cada sector (%)
AGRICULTURA, CAÇA, SILVICULTURA E PESCA	1.670	4,0	276	2,8
INDÚSTRIA	17.927	43,2	3.515	35,3
<i>Indústrias extractivas</i>	<i>398</i>	<i>1,0</i>	<i>84</i>	<i>0,8</i>
<i>Indústria transformadora</i>	<i>11.969</i>	<i>28,8</i>	<i>2.111</i>	<i>21,2</i>
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	1.708	4,1	354	3,6
Indústria têxtil	5.515	13,3	606	6,1
Indústria do couro	24	0,1	7	0,1
Ind. da madeira e cortiça	937	2,3	208	2,1
Ind. de pasta, papel e cartão; edição e impressão	438	1,1	76	0,8
Fab. de prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	70	0,2	19	0,2
Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas	118	0,3	35	0,4
Fabricação de outros prod. minerais não metálicos	527	1,3	114	1,1
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	592	1,4	192	1,9
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	564	1,4	151	1,5
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	203	0,5	72	0,7
Fabricação de material de transporte	650	1,6	100	1,0
Ind. transformadoras, n.e.	623	1,5	177	1,8
<i>Prod, distribuição de electricidade, gás e água</i>	<i>232</i>	<i>0,6</i>	<i>40</i>	<i>0,4</i>
<i>Construção</i>	<i>5.328</i>	<i>12,8</i>	<i>1.280</i>	<i>12,9</i>
SERVIÇOS	21.900	52,8	6.158	61,9
Comércio	7.568	18,2	2.494	25,1
Alojamento e restauração	2.579	6,2	1.005	10,1
Transportes, armazenagem e comunicações	1.533	3,7	220	2,2
Actividades financeiras	821	2,0	131	1,3
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	2.128	5,1	828	8,3
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	591	1,4	131	1,3
Educação	1.149	2,8	202	2,0
Saúde e acção social	3.940	9,5	771	7,7
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	1.591	3,8	376	3,8
Total geral	41.504	100,0	9.949	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal 2006, MTSS. Cálculos: CGTP-IN

Apesar de aparentemente se ter verificado um aumento do emprego privado na região tal não corresponde há verdade pois o crescimento, ainda que residual, deu-se essencialmente à custa do crescimento do contrato individual do trabalho na Administração Pública e da diminuição do emprego com vínculo público no mesmo sector. Por exemplo em 2002 os sectores da Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, Educação e Saúde e acção social empregavam 667 trabalhadores e hoje em 2006 esse número já é de 5680 trabalhadores em que a sua maioria passou ao contrato individual de trabalho ou, caso do Centro hospitalar da Cova da Beira que passou a empresa pública.

4. A SITUAÇÃO DO DESEMPREGO

No final de Outubro havia 7881 desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito de Castelo Branco, tendo-se verificado um aumento de 2% face a Outubro de 2007 e um aumento de 1,7% em relação ao mês anterior. O desemprego dos homens aumentou quase 8% face ao ano anterior, mas mesmo assim as mulheres continuam a ser maioritárias no desemprego (com 58,7%).

Se juntarmos os cerca de mil desempregados a participar em programas ocupacionais (POC), o número de desempregados do distrito aumenta para 8.841. Os POC no distrito têm um peso de 11% no desemprego, superior aos 5,4% do país. Nos concelhos de Idanha-a-Nova e Vila de Rei a percentagem ultrapassa os 20%, sendo superior a 30% em Oleiros.

Além dos POC há um conjunto de medidas de emprego e formação que contribuem para a subavaliação do desemprego no distrito. Acrescem os fenómenos da emigração e também do desencorajamento, designadamente entre os desempregados sem subsídio de desemprego que deixam de responder às convocatórias dos centros de emprego por não acreditarem que conseguem resolver o seu problema de emprego através do serviço de emprego e por isso são eliminadas das estatísticas.

C. Branco - Desemprego Registrado em Outubro 2008 - situação no fim do mês

Concelhos	Desemprego registado			Variação Outubro 2008/ Outubro 2007 (%)	Desemprego total (desemprego registado + Ocupados)	Peso dos ocupados no desemprego total (%)
	Homens	Mulheres	Total	Total	Total	Total
BELMONTE	115	166	281	14,7	310	9,4
CASTELO BRANCO	920	1235	2155	7,7	2454	12,2
COVILHÃ	1268	1755	3023	-0,4	3277	7,8
FUNDÃO	500	697	1197	1,4	1304	8,2
IDANHA-A-NOVA	95	135	230	-9,8	291	21,0
OLEIROS	26	35	61	-32,2	89	31,5
PENAMACOR	46	77	123	-11,5	140	12,1
PROENÇA-A-NOVA	67	141	208	5,6	244	14,8
SERTÃ	128	325	453	4,1	549	17,5
VILA DE REI	37	27	64	48,8	82	22,0
VILA VELHA DE RÓDÃO	50	36	86	-17,3	101	14,9
Total Distrito	3252	4629	7881	2,0	8841	10,9

Fonte: IEFP. Cálculos: CGTP-IN

40% dos desempregados têm menos de 35 anos, percentagem mais elevada que a média nacional. Mais de 20% dos desempregados do distrito têm 55 e mais anos, o que é semelhante à média nacional.

C. Branco - Desemprego Registrado por grupo etário em Outubro 2008 - situação no fim do mês

	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos	Total
Milhares	1294	1912	3052	1623	7881
%	16,4	24,3	38,7	20,6	100,0

Fonte: IEFP

69% dos desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito têm no máximo o 9º ano de escolaridade, uma percentagem elevadíssima, embora inferior à média do país. Os licenciados constituem 13,4% do total, uma percentagem ainda mais elevada que a média nacional (10,4%).

C. Branco - Desemprego Registrado por habilitação em Outubro 2008 - situação no fim do mês

	Nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior	TOTAL
Milhares	377	2324	1129	1603	1391	1057	7881
%	4,8	29,5	14,3	20,3	17,7	13,4	100,0

Fonte: IEFP

32,6% dos desempregados do distrito estão inscritos nos centros de emprego há um ano ou mais, sendo as situações mais graves as de Penamacor e Proença-a-Nova e especialmente Vila Velha de Ródão.

C. Branco - Desemprego Registrado por tempo de inscrição em Outubro 2008

- situação no fim do mês

	DLD	Desemprego total	% DLD
BELMONTE	80	281	28,5
CASTELO BRANCO	667	2155	31,0
COVILHÃ	1050	3023	34,7
FUNDÃO	385	1197	32,2
IDANHA-A-NOVA	69	230	30,0
OLEIROS	14	61	23,0
PENAMACOR	51	123	41,5
PROENÇA-A-NOVA	88	208	42,3
SERTÃ	111	453	24,5
VILA DE REI	11	64	17,2
VILA VELHA RODÃO	44	86	51,2
Total do Distrito	2570	7881	32,6

Fonte: IEFP

A maioria dos desempregados de longa duração do distrito tem baixa escolaridade (quase 55% tem no máximo o 1º ciclo do ensino básico), sendo mais atingidos os que têm 55 e mais anos (41,6%). No entanto, 41,2% tem entre 35 e 54 anos.

C. Branco - Desemprego de longa duração por nível de habilitação em Outubro 2008

- situação no fim do mês

	< 1º CICLO EB	1º CICLO EB	2º CICLO EB	3º CICLO EB	Secundário	Superior
BELMONTE	6,3	41,3	16,3	10,0	16,3	10,0
CASTELO BRANCO	6,4	46,0	10,5	17,7	12,4	6,9
COVILHÃ	6,0	51,4	11,5	14,7	10,5	5,9
FUNDÃO	6,5	48,6	11,2	16,9	9,6	7,3
IDANHA-A-NOVA	26,1	44,9	11,6	5,8	5,8	5,8
OLEIROS	14,3	50,0	7,1	7,1	-	21,4
PENAMACOR	7,8	39,2	23,5	11,8	9,8	7,8
PROENÇA-A-NOVA	5,7	48,9	5,7	19,3	6,8	13,6
SERTÃ	9,9	30,6	9,9	23,4	17,1	9,0
VILA DE REI	-	54,5	-	9,1	9,1	27,3
VILA VELHA DE RODÃO	13,6	43,2	18,2	15,9	4,5	4,5
Total	7,1	47,7	11,4	15,8	10,9	7,1

Fonte: IEFP

C. Branco - Desemprego de longa duração por grupo etário em Outubro 2008

- situação no fim do mês

	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	Total
BELMONTE	3,8	21,3	46,3	28,8	100,0
CASTELO BRANCO	2,5	12,7	39,4	45,3	100,0
COVILHÃ	3,5	11,3	42,6	42,6	100,0
FUNDÃO	3,6	15,3	44,9	36,1	100,0
IDANHA-A-NOVA	8,7	5,8	29,0	56,5	100,0
OLEIROS	-	21,4	28,6	50,0	100,0
PENAMACOR	-	15,7	45,1	39,2	100,0
PROENÇA-A-NOVA	3,4	25,0	36,4	35,2	100,0
SERTÃ	8,1	22,5	41,4	27,9	100,0
VILA DE REI	18,2	27,3	18,2	36,4	100,0
VILA VELHA DE RODÃO	4,5	9,1	27,3	59,1	100,0
Total	3,6	13,6	41,2	41,6	100,0

Fonte: IEFP

Seguem-se dois quadros com informação sobre o desemprego por actividade económica e por profissão no distrito.

**C. Branco – Desempregados à procura de novo emprego por actividade em Outubro 2008
- situação no fim do mês**

Actividade	Desempregados	Distribuição por actividade (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	396	5,8
Indústria	2590	38,2
<i>Indústrias extractivas</i>	18	0,3
<i>Indústria transformadora</i>	1738	25,6
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	277	4,1
Fabricação de têxteis	438	6,5
Indústria do vestuário	554	8,2
Indústria do couro e dos produtos do couro	22	0,3
Indústria da madeira e da cortiça	72	1,1
Indústrias do papel, impressão e reprodução	55	0,8
Fab. produtos petrolíferos, químicos, farmacêuticos, borracha e plástico	38	0,6
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	42	0,6
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	57	0,8
Fab. equipamento informático, eléctrico, máquinas e equipamentos n.e.	81	1,2
Fab. veículos automóveis, componentes e outro equipa. de transporte	54	0,8
Fab. mobiliário, repar. instal. máq. e equipa. e outras ind. transformadoras	48	0,7
<i>Electricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição</i>	15	0,2
<i>Construção</i>	819	12,1
Serviços	3798	56,0
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	156	2,3
Comércio por grosso e a retalho	991	14,6
Transportes e armazenagem	128	1,9
Alojamento, restauração e similares	637	9,4
Actividades de informação e de comunicação	69	1,0
Actividades financeiras e de seguros	29	0,4
Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	484	7,1
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	91	1,3
Admin. pública, educação, actividades de saúde e apoio social	776	11,4
Outras actividades de serviços	408	6,0
Sem classificação	29	0,4
Total	6784	100,0

C. Branco - Desemprego Registrado por profissão em Outubro 2008 - situação no fim do mês

	Desempregados	Distribuição por profissão (%)
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	109	1,4
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	684	8,7
Técnicos e profissionais de nível intermédio	709	9,0
Pessoal administrativo e similares	881	11,2
Pessoal dos serviços e vendedores	1659	21,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	287	3,6
Operários, artífices e trabalhadores similares	1219	15,5
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	827	10,5
Distrito de Castelo Branco	7881	100,0

Fonte: IEFP

Nota: O desemprego só não é maior porque aumentaram os POCs, aumentou o número de desempregados em acções de formação e aumentou a emigração.

5. A PRECARIIDADE DO EMPREGO

Cerca de 23,7% dos trabalhadores por conta de outrem do distrito de Castelo Branco estava em situação precária em 2006, de acordo com os Quadros de Pessoal. 95% tinha um contrato a termo e 5% um contrato a termo para cedência temporária (trabalho temporário).

Estes dados subestimam a realidade, já que não incluem outras situações precárias para além do contrato a termo, como o falso trabalho independente, uma vez que nesses casos não existe contrato de trabalho e esta fonte (administrativa) só abrange os trabalhadores com um estatuto legal de trabalhadores por conta de outrem. Não são também tidas em consideração outras formas mais precárias, como o trabalho clandestino/não declarado ou ilegal.

Segundo esta fonte, a precariedade é superior na agricultura, a silvicultura e a pesca (33,7%), seguindo-se o sector dos serviços (26,3%) e por fim a indústria (19,3%). A indústria transformadora registava 16,9% de trabalhadores assalariados em situação precária.

Os jovens e as mulheres são os principais afectados. Entre os jovens até 30 anos a precariedade que se consegue medir é de 41%, sendo de 25,3% entre as mulheres.

Veja-se a situação dos jovens professores que iludidos pelo Estado a estudar e a seguir a via do ensino se vêem agora confrontados com o desemprego e a precariedade mais violenta. Cerca de 100 são contratados [estes contratos podem ter a duração de um mês e não ser horário completo (podem ter um mínimo de 6 horas)] e Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) há 128 professores nestes concelhos, em completa de precariedade e instabilidade só recebendo as horas que trabalham, apesar de ser um posto de trabalho necessário em pelo 10 meses.

Trabalhadores por conta de outrém com contrato não permanente segundo a idade e o sexo, no distrito de Castelo Branco, em 2006

	TPCO não permanentes			Peso no total de TPCO (%)		
	Total	Mulheres	Jovens até 30 anos	Total	Mulheres	Jovens até 30 anos
C. Branco	9.564	4.728	3.971	23,7	25,3	41,0

Fonte: Quadros de Pessoal 2006, MTSS. Cálculos: CGTP-IN

Entretanto, os sectores onde a precariedade é mais intensa são os seguintes:

- sector dos **super e hipermercados e armazéns** a precariedade atinge níveis elevadíssimos, demonstrando que, para além da destruição do pequeno comércio, são ilusória e passageira a criação de emprego estável neste sector.
- Sector do **Saneamento, higiene pública e actividades similares que atinge 89,6%** a que não deve ser alheia a entrega deste sector pelas Câmaras Municipais a privados.
- Sector da Captação, tratamento e distribuição de água tinham 100% de jovens contratados.
- **O sector do vestuário que tem 29,56%** de jovens contratados, representa 10,9 da totalidade dos contratos a termo.

Alguns exemplos

No Sector da Saúde

- Sub-região de Saúde de Castelo Branco – 26 enfermeiros contratados.
- Hospital Amato Lusitano – 70 enfermeiros contratados.

No Sector do Comércio e Serviços

- Centro Comercial Serra Shopping, na Covilhã – cerca de 76% dos trabalhadores têm contrato de trabalho precário (no seguimento da denúncia feita na Estafeta contra a Precariedade foram corrigidas algumas situações).

No Sector das Telecomunicações

- O CALL Center de Castelo Branco tem cerca de 500 trabalhadores, a maioria a tempo parcial, e só cerca de 30 têm vinculo permanente.

No Sector de Material Eléctrico

- A Delphi, dos 750 trabalhadores da empresa, 250 são temporários através de empresas de aluguer de mão de obra.

No Sector da Industria Alimentar

- a Frulact do Tortosendo tem trabalhadores contratados a termo e recorre ao chamado trabalho temporário através de empresas de aluguer de mão de obra.
- **No Sector da Educação** há cerca de 210 professores com vínculos precários.

6. A População Residente

A população residente diminui e envelheceu. As estimativas da população residente relativas a 2007, divulgadas pelo INE, mostram que pela primeira vez na história demográfica recente, Portugal apresenta um saldo natural negativo (o número de nascimentos foi inferior ao número de

mortes) e a população só não diminuiu porque houve um saldo migratório positivo. Mas, enquanto o país, devido a estes factores, cresce, o Distrito perde população, passando de 204.481 em 2002 para 196.743 pessoas residentes em 2007.

Alterações da População Residente entre 31/12/2002 e 31/12/07						
Total 2002			Total 2007			DIF.
HM	H	M	HM	H	M	
Nº						
10.407.465	5.030.247	5.377.218	10.617.575	5.138.807	5.478.768	210.110
	48,33	51,67		48,40	51,60	2,02
2.354.552	1.136.397	1.218.155	2.385.911	1.153.368	1.232.543	31.359
	48,3	51,7		48,34	51,66	1,33
35.487	17.120	18.367	31.470	15.200	16.270	-4.017
	48,2	51,8		48,3	51,7	-11,32
6.412	3.092	3.320				
9.408	4.627	4.781				
16.393	7.850	8.543				
3.274	1.551	1.723				
76.719	36.767	39.952	73.923	35.468	38.455	-2.796
	47,9	52,1		48,0	52,0	-3,64
55.177	26.427	28.750				
11.253	5.373	5.880				
6.371	3.078	3.293				
3.918	1.889	2.029				
92.635	44.683	47.952	91.350	44.085	47.265	-1.285
	48,2	51,8		48,3	51,7	-1,39
7.592	3.611	3.981				
53.787	25.935	27.852				
31.256	15.137	16.119				
204.841	98.570	106.271	196.743	94.753	101.990	-8.098
	48,1	51,9		48,2	51,8	-3,95

Esta situação está a originar outros problemas como sejam o encerramento de escolas, de centros de saúde, de postos de correios, etc.

Só na área do ensino o encerramento de escolas foi o seguinte

Castelo Branco	TOTAL DE EB1 ENCERRADAS			EB1 EM FUNC.	N.º Escolas sem código de rede em 2008/2009
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/2008	
Belmonte	1	1	3	6	2
Castelo Branco	0	2	2	29	6
Covilhã	2	2	5	33	8
Fundão	0	5	2	26	2
Idanha-a-Nova	1	2	3	8	2
Oleiros	2	4	2	3	0
Penamacor	0	1	3	6	3
Proença-a-Nova	1	2	2	5	3
Sertã	6	13	2	14	3
Vila de Rei	0	0	0	1	0
V. Velha de Ródão	2	0	0	4	1
Total	15	32	24	135	30

Este ano poderão fechar mais 30 escolas do 1º Ciclo

Ora, estes dados devem servir para repensar questões essenciais como a economia, o trabalho, a família e as políticas sociais e mostram que as designadas políticas de apoio à natalidade não devem ter um conteúdo parcelar e casuístico devem ter em conta os vários domínios, incluindo os salários e o emprego, que hoje determinam a baixa de fecundidade.

7. A SITUAÇÃO DOS RENDIMENTOS (SALÁRIOS, PENSÕES, DESEMPREGO, DOENÇA)

A Região tem um baixo nível de Vida e um baixo Poder de Compra.

De acordo com o "Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio do INE, o poder de compra de um habitante do Distrito era inferior ao da Grande Lisboa em -46,8% e no estudo do Observatório da UBI para o Desenvolvimento Económico e Social sobre Qualidade de Vida nos Municípios Portugueses, os concelhos do Distrito têm a seguinte classificação: i) Castelo Branco nº 75; ii) Vila de Rei nº 98; iii) Covilhã nº118; iv) Belmonte nº177; v) Fundão nº183; vi) Proença-a-Nova nº 197; vii) Vila Velha de Ródão nº 209; viii) Sertã nº 226; ix) Oleiros nº 257; x) Idanha-a-Nova nº 263; xi) Penamacor nº 270. Ou seja, apenas temos dois concelhos um pouco acima do meio da tabela, os outros estão abaixo.

7.1.Salários

Quanto aos salários constata-se que os trabalhadores do distrito auferiam remunerações base de apenas 78% da média nacional, correspondendo a 614 euros mensais em termos brutos. Castelo Branco é o 4º distrito com os salários mais baixos do continente, apenas atrás de Bragança, Guarda e Viana do Castelo. De referir ainda que os salários variavam entre 466 euros para os trabalhadores não qualificados e um máximo de 1260 euros, em média, no caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas e dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa.

Ainda no que diz respeito aos salários, destaca-se a elevada percentagem de trabalhadores a receber salário mínimo nacional no distrito. Segundo um estudo do OEFP, a percentagem de trabalhadores a receber salário mínimo nacional no distrito de Castelo Branco era superior à média do continente. Assim, em 2005, 9,5% dos assalariados do continente auferia o salário mínimo nacional, enquanto que na Beira Interior Sul eram 11,4% (15,2% no caso das mulheres), na Cova da Beira 13% (17,7% para as mulheres) e no Pinhal Interior Sul 18,5% (26,6% no caso das mulheres).

Pelo que fica dito vê-se que o distrito mantém um elevado número de trabalhadores com salários muito baixos, nomeadamente em sectores de actividade como o têxtil, o comércio a retalho incluindo as grandes superfícies, a restauração e em alguns subsectores da Administração Pública em resultado de 10 anos de quebra do poder de compra dos salários. Estes trabalhadores, efectuados os descontos, levam para casa menos que o Salário Mínimo Nacional.

7.2.Pensões, Subsídios de Desemprego e de Doença

As pensões e os subsídio de desemprego e de doença são mais baixos que na média Nacional.

Valor médio anual das pensões, Valor médio do subsídio de desemprego, Número médio de dias de subsídio de desemprego

	Valor médio anual das pensões	Valor médio do subsídio de desemprego	Número médio de dias de subsídio de desemprego
Portugal	4011€	3392€	222
Centro	3566€	3158€	214
Distrito	3249€	3099€	219

Valor médio do subsídio de doença, Número médio de dias de subsídio de doença, Valor médio das prestações familiares

	Subsídio de doença	Número médio de dias de subsídio de doença	Valor médio das prestações familiares
Portugal	892€	69	546€
Centro	711€	57	525€
Distrito	557€	49	522€

Neste quadro, a elevação dos salários e das pensões tem um papel económico e social muito importante: encoraja uma maior participação na vida activa; dinamiza o mercado interno com vantagens para o comércio e a actividade industrial; evita que os salários desçam abaixo de níveis socialmente aceitáveis; reduz as desigualdades salariais, que se têm vindo a cavar na actual década; combate a pobreza, devendo lembrar-se que os baixos salários constituem no nosso país a segunda causa da pobreza.

8. A SITUAÇÃO DA POBREZA

Os fenómenos de exclusão e de pobreza não são fenómenos longínquos, também são fenómenos daqui. O Relatório Anual da Execução do RSI 2007 já era muito mau para o Distrito e esse dizia-nos:

- a) Que continuam a ser maioritariamente as mulheres, as titulares da prestação;
- b) Que os beneficiários em maior número estão em idade activa e 42% são crianças e jovens;
- c) Que a maioria dos beneficiários, em 2007, tem rendimentos, quando em 2006, a situação era inversa;
- d) Que em relação à população residente Castelo Branco tem 1,9% de pessoas beneficiárias;
- e) Que a prestação média por beneficiário a Nível Nacional é de 80,14 euros e que em Castelo Branco é de 70,16 euros;
- f) Que enquanto a nível nacional a percentagem de pessoas que regressaram ao RMI é de 14,6% no distrito de Castelo Branco é de 21,7%;

g) Que, no distrito, em 2003 eram 963 os beneficiários e em 2006 já eram 1957.

Infelizmente os indicadores de 2008 dizem-nos que a situação não melhorou e mês a mês cresce o número de beneficiários do RSI (em Setembro 1482 famílias tinham RSI processado e eram 4224 (2,1% da população) os beneficiários quando em Janeiro eram 3857).

Mas não é só pela avaliação do RSI que se afere a situação da pobreza no Distrito. Segundo dados vindos a público, o **Banco Alimentar da Cova da Beira: Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda, Gouveia e Seia**, só na campanha de Natal 2008 foram recolhidas 39 ton. de alimentos a serem distribuídas por 3 500 pessoas, entre as quais 900 crianças (este número tem vindo a aumentar e já há pedidos não satisfeitos) e no **Banco Alimentar de Castelo Branco estão inscritas cerca de 500 pessoas de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.**

Apesar disto e recorrendo à mistificação do défice e da racionalidade na afectação de meios financeiros e técnicos, os serviços públicos essenciais - transportes, correios, escolas, unidades de saúde - foram e continuam a ser encerrados, diminuindo ainda mais a qualidade de vida das populações e acentuando os factores de definhamento económico e social, de exclusão, de desertificação e de envelhecimento da região.

9. O QREN E O OE 2009

E para agravar o quadro atrás descrito temos a vergonha do folhetim QREN que já deveria estar em velocidade de cruzeiro só recentemente começou a funcionar. Já se perderam 18 longos meses que nos vão sair muito caros no futuro.

Vejamos alguns **apontamentos sobre a situação económica no interior/região centro.**

A evolução do QREN:

Estrutura de financiamento por entidade

	Europeu	Nacional			Total
		Total	Público	Privado	
Prog. Operacionais Temáticos	43,4	56,6	29,2	70,8	100,0
PO Factores de Competitividade	56,3	43,7	28,5	71,5	100,0
PO Potencial Humano	69,3	30,7	96,9	3,1	100,0
PO Valorização do Território	26,4	73,6	15,2	84,8	100,0
Prog. Regionais	61,9	38,1	52,6	47,4	100,0
PO Norte	63,7	36,3	61,8	38,2	100,0
PO Centro	59,1	40,9	43,3	56,7	100,0
PO Lisboa	45,0	55,0	43,7	56,3	100,0
PO Alentejo	59,5	40,5	42,0	58,0	100,0
PO Algarve	49,7	50,3	37,9	62,1	100,0
PO Açores	73,2	26,8	67,0	33,0	100,0
PO Madeira	63,6	36,4	63,1	36,9	100,0
Prog. Operacionais de Coop. Ter.	72,6	27,4	100,0	0,0	100,0
Prog. Oper. Assist. Técnica	85,1	14,9	100,0	0,0	100,0
Total	48,6	51,4	34,1	65,9	100,0

Execução por região - 1º trimestre 2008

Região	1.º Concurso 2008			
	N.º projectos	(%)	Investimento	(%)
Norte	524	46%	604 703 124	36%
Centro	335	29%	444 911 454	26%
Lisboa	172	15%	488 438 347	29%
Alentejo	76	7%	120 578 488	7%
Algarve	27	2%	18 575 484	1%
Multi-regiões	13	1%	23 917 469	1%
Total geral	1 147	100%	1 701 124 366	100%

Execução por Programa

Autoridade de Gestão	1.º Concurso 2008			
	N.º projectos	(%)	Investimento	(%)
PO FC	294	26%	625 280 066	37%
PO Norte	386	34%	340 031 013	20%
PO Centro	214	19%	180 441 362	11%
PO Lisboa	172	15%	488 438 347	29%
PO Alentejo	54	5%	48 358 094	3%
PO Algarve	27	2%	18 575 484	1%
Total geral	1 147	100%	1 701 124 366	100%

Programas operacionais regionais e temáticos:

- a região centro é comparticipada pela UE em 59,1% a média nacional é de 61,9% (o norte 63,7% a Madeira em 63,6% (região Phasing in - PIB_{per capita} superior a 75% da média comunitária
- a valorização do território, apesar da apregoada centralidade, a UE comparticipa apenas 26,4% (mais penosa para o interior e o distrito de Castelo Branco dadas as condições existentes – subsenvolvimento/baixa densidade
- execução dos Prog. Oper.: no 1º concurso foram apresentados 335 projectos (29% do total) que correspondem a 444 milhões de euros (26% do total)
- o Prog. Oper. Centro: foram apresentados 214 projectos (195 do total) que correspondem a cerca de 180 milhões de euros (11% do total)

PIDACC

Os sucessivos PIDDACs para o Distrito de Castelo Branco não responderam aos estrangulamentos e aos défices estruturais que afectam o Distrito e, por isso, estão a comprometer o futuro pois:

1. Reduz o investimento público (menos 87 milhões € em PIDDAC nestes 4 anos de Governo PS);
2. Promove a degradação dos serviços públicos essenciais que continuam a perder dimensão, qualidade e a encerrar;
3. Acentuam os factores de definhamento, desertificação e envelhecimento;
4. Aprofunda a gestão centralista e centralizadora, a falta de controlo democrático da execução dos investimentos, o clientelismo e a chantagem e a discriminação políticas, através da institucionalização dos "sacos azuis" e das transferências para Institutos e Empresas Públicas do Estado.

Mas não é só ao nível do QREN e do PIDACC que o Distrito é discriminado. Também na atracção

de investimento isso acontece como aliás se prova pelos Projectos PIN.

Projectos PIN

Cidade	milhões €	%
Viana de Castelo	68	1,84
Braga	15	0,41
Paços de Ferreira	130	3,52
Vila Nova Gaia	26	0,70
Estarreja	228	6,18
Ilhavo	28	0,76
Figueira da Foz	280	7,59
Covilhã	1	0,03
Vila Franca de Xira	235	6,37
Setúbal	844	22,89
Grândola	1028	27,87
Sines	400	10,85
Portimão	155	4,20
Loulé	137	3,71
Porto Santo	113	3,06
Total	3688	100,00

Neste quadro, a situação económica e o desemprego podem agravar-se, também porque a Banca continua a criar dificuldades ao aparelho produtivo, diminuindo plafonds de crédito, não descontando letras e pagarés e cortando quase por completo o crédito às empresas.

Por outro lado, também o Governo e os departamentos e institutos dele dependentes, nomeadamente o IAPMEI e o IGFSS, têm igualmente responsabilidades pela situação existente pois, é por demais evidente a opção pela destruição do aparelho produtivo que, ajudada por uma enormíssima e pesada burocracia, se traduz em atrasos fatais para a recuperação e viabilização das empresas.

10.A SITUAÇÃO LABORAL E OS DIREITOS

A situação económica no Distrito é mãe e pai de um gravíssimo e insustentável clima de insegurança e instabilidade laborais. Por isso, se mantêm e acentuaram os problemas estruturais já antes detectados como sejam:

- A baixa taxa de escolaridade

- As baixas qualificações
- A diminuição do emprego
- A precariedade do emprego

É que não vale a pena invocar a rigidez das nossas leis laborais porque já todos percebemos que se trata de uma falácia, trata-se de uma mentira mil vezes repetida para parecer verdade e mais: despedir é fácil e a violação sistemática de direitos dos trabalhadores, constitucional e legalmente consagrados continua a ser uma prática escandalosa.

Nesta região os exemplos são por demais elucidativos:

- Recurso a formas ilegais e atípicas de contratação de trabalhadores, como a generalizada subcontratação de mão-de-obra, transformação de trabalhadores assalariados em "colectados", da utilização abusiva da lei dos contratos a prazo, da proliferação, ainda que em baixa escala, do trabalho infantil, e do trabalho temporário e ao domicílio e a crescente utilização do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública.
- Persistência, embora pontual, da prática do pagamento dos salários com atraso e dos encerramentos e falências de empresas sem garantia dos salários e indemnizações dos trabalhadores;
- Utilização dos prémios como forma de discriminação sindical e das mulheres e o não cumprimento dos salários contratualmente fixados e a imposição de ritmos de trabalho desumanos que estão a afectar a saúde física e psíquica de muitos trabalhadores nomeadamente, mulheres que trabalham nas empresas de confecções e de material eléctrico;
- Utilização abusiva e violadora da própria lei, da flexibilidade e da polivalência;
- Incumprimento da lei das horas extraordinárias, obrigando-se os trabalhadores a trabalhar mais horas sem registo e sem serem pagas com está legalmente estipulado, originando a intensificação da carga e dos ritmos de trabalho;
- O não cumprimento das horas de ida às consultas e tratamentos médicos, da assistência ao agregado familiar e para cumprimento de tarefas legais e inadiáveis;
- violência psicológica (conhecidos como assédio moral), que, sob a forma de comportamentos e práticas abusivas, que visam atentar contra a dignidade e a integridade física e psíquica dos trabalhadores, degradam as condições e o ambiente de trabalho e força-os a pôr termo à relação de trabalho;
- Violação dos direitos sindicais, desde logo, através dos condicionamentos à livre sindicalização, do impedimento à realização de plenários, ao acesso dos dirigentes aos locais de trabalho, à cobrança das quotizações sindicais no horário de trabalho e até dentro da empresa, da perseguição aos activistas sindicais e da sua discriminação nos salários, nas promoções e até ao seu despedimento selectivo;
- Violação do direito à greve através da contratação de trabalhadores em substituição de grevistas e do alargamento dos serviços mínimos que na prática são máximos;
- O incumprimento das disposições legais que permitem a participação dos trabalhadores nos Conselhos Regionais de Segurança Social.
- A morosidade com que se desenrolam os processos de falência, com toda a sua tramitação até ao pagamento dos créditos laborais.

Por um levantamento, ainda que por baixo, já é possível apresentar o seguinte balanço:

SECTOR	EMPRESA	COMARCA	MONTANTE	Nº TRAB
CESP	Brancastelo, Malhas e Confecções, Lda.	Tribunal Judicial de Castelo Branco	103.532,93 €	4
CESP	Fontes & Ferreiras, Lda.	Tribunal Judicial de Castelo Branco	21.098,26 €	1
CESP	TURIBEIRAS	Tribunal Judicial de Castelo Branco	13.350,00 €	7
CESP	Cherne - Sociedade Hoteleira, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	22.537,65 €	5
CESP	Flash Laser - Fábrica de CD, SA	Tribunal Judicial de Idanha-a-Nova	4.328,06 €	1
Construção Civil	Faustor - Construção Civil, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	5.254,50 €	1
Construção Civil	SOBETÃO	Tribunal Judicial de Castelo Branco	111.132,25 €	12
Construção Civil	Carpintarias Sousa Ramos, Lda.	Tribunal Judicial de Castelo Branco	64.847,71 €	3
Construção Civil	COZMO - Fábrica de Mobiliário de Cozinha, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	97.284,48 €	15
Metalúrgia	NIPALBI - Comércio de Automóveis, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	2.923,50 €	1
Metalúrgia	Empresa Metalurgica de Castelo Branco, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	50.000,00 €	42
Metalúrgia	SOTIMA - Soc. Transformadora Ind. Madeiras, SA	Tribunal Judicial da Sertã	2.317.282,03 €	210
Rodoviários	Transbortir - Transportes Internacionais, Lda	1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa - 1ª Vara - 1ª Secção	145.369,00 €	6
SINTAB	CCOPROQUE - Coop. Queijos de Ovelha de Alcains, Crl	Tribunal de Trabalho de Castelo Branco	56.698,48 €	7
SINTAB	Doces Cabaço, Lda	Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco	24.818,79€	3
SINTAB	Ferreira & Irmãos, Lda	Tribunal Judicial do Fundão	252.806,18 €	39
Textil da Beira Baixa	Confecção Baloja, Lda.	Tribunal Judicial de Castelo Branco	232.272,00 €	24
Textil da Beira Baixa	Cardoso Companhia, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	537.299,20 €	62
Textil da Beira Baixa	M. Carmona Irmãos, SA	Tribunal Judicial de Castelo Branco	989.610,69 €	81
Textil da Beira Baixa	Dressuomo - Ind. e Comércio de Confecções, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	1.826.911,15 €	185
Textil da Beira Baixa	Confecções Tolela, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	22.433,68 €	2
Textil da Beira Baixa	Santos, Lopes Reis, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	291.989,27 €	33
Textil da Beira Baixa	Confecções PereiraMar, Lda	Tribunal Judicial de Castelo Branco	172.534,04 €	16
Textil da Beira Baixa	A C 48 - Etiquetas, Lda	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	72.597,33 €	13

Textil da Beira Baixa	Álvaro Paulo Rato & Filhos, Lda	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	938.086,94 €	54
Textil da Beira Baixa	Américo Sousa, Irmão & C ^a Lda	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	135.980,93 €	13
Textil da Beira Baixa	António José Cordeiro Pereira Nina	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	139.509,15 €	34
Textil da Beira Baixa	António Matias Batista	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	45.425,59 €	7
Textil da Beira Baixa	Fiação Fiacove, Lda	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	39.482,70 €	7
Textil da Beira Baixa	J. Vaz, Lda	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	119.008,22 €	22
Textil da Beira Baixa	Texrebe	Comarca Covilhã Tribunal Judicial Covilhã	5.576,56 €	1
TOTAL			8.837.162,48 €	911

Os processos de falência não podem continuar a constituir um negócio para “os profissionais de falências”, à custa da acentuação da miséria dos trabalhadores. E tudo se agravou pela via de um Código de Custas Judiciais e do Decreto-Lei de Apoio Judiciário que vieram a tornar quase inacessível o acesso à justiça Laboral por parte dos trabalhadores e pela apatia do actual governo que, tarda em tomar medidas para reforçar os meios da IGT.

11.ALGUMAS PROPOSTAS

11.1.Para o Desenvolvimento económico do Distrito

Deve continuar a lutar por uma política integrada de desenvolvimento que definida com a participação do poder local, dos agentes económicos e sociais da região e assente no aproveitamento dos nossos recursos naturais e numa prática de solidariedade nacional para com o Distrito, corrija e supere as actuais assimetrias regionais e inter-concelhias e as desigualdades sociais.

Para isso é necessário:

- a) Travar o envelhecimento da nossa população e a continuada desertificação da região;
- b) Revitalizar a indústria têxtil (lanifícios e vestuário) como pilar económico fundamental;
- c) Potenciar a diversificação das actividades económicas com a consequente criação de postos de trabalho;
- d) Superar as carências em infra-estruturas;
- e) Assegurar medidas nos planos: social, industrial, agrícola, comercial, ambiental, educacional e formativo;
- f) Coordenar a gestão equilibrada e racional dos programas e fundos comunitários e nacionais, implicando a sua efectiva descentralização e regionalização, até ao nível do distrito.

É evidente que estamos perante uma reflexão complexa e difícil já que muitas das respostas dependem da profunda alteração das opções políticas e económicas do País e da UE.

Mas uma coisa é certa! Não haverá desenvolvimento se não houver um diagnóstico sério e verdadeiro e se não houver a firme determinação de romper com o que de errado tem sido feito ao longo dos anos.

Por isso, avançam-se algumas linhas de intervenção:

- i. A riqueza criada tem de ser melhor distribuída, não apenas entre o capital e o trabalho, mas também em termos regionais. Não podemos continuar a ser o parente pobre do investimento público.
- ii. É preciso defender, revitalizar e apostar seriamente no sector produtivo. Impedir o encerramento e deslocalização de empresas e apoiar as médias, pequenas e microempresas industriais e comerciais que constituem 90% do tecido produtivo.
- iii. É necessário promover o Turismo e valorizar o património histórico e ambiental numa perspectiva integrada, de qualidade, ambientalmente sustentável e acessível a todos e sem deixar cimentar a ideia de que o turismo é o principio e o fim do desenvolvimento.
- iv. É necessário atrair investimento público e privado para a diversificação das actividades económicas, a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho com direitos e a construção das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento do Interior.
- v. É urgente apostar na Inovação e na Modernização a quatro níveis:
 - a) Inovação e Modernização Tecnológica
 - b) Inovação e Modernização Organizacional
 - c) Inovação e Modernização do Produto
 - d) Inovação e Modernização Comercial
- vi. É fundamental a implementação de um amplo plano de formação e qualificação profissional. Para isto exige-se:

<i>Alteração</i>	<i>Dimensão</i>	<i>Obs.</i>
1. Governação	Efectiva e regulação dos mercados	Intervenção da autoridade de concorrência de forma a eliminar os produtos financeiros sem sustentabilidade e os picos especulativos nos mercados de matérias-primas, produtos petrolíferos, produtos financeiros: fixar parâmetros de variação, condenar os autores das infracções ...
	Padrões éticos elevados no domínio empresarial e público	Eliminar a pequena corrupção e o tráfico de influências tornando transparentes as tomadas de decisão e as relações entre as instituições públicas e privadas e todos os agentes económicos. Tornar transparente a gestão empresarial e do Estado. Monitorizar a acumulação de riqueza dos gestores públicos. Combate à fraude fiscal
	Promoção efectiva do território	Valorização efectiva das culturas, amenidades e recursos regionais/locais. Reequilíbrio e efectiva requalificação do território nacional
	Implementação da regionalização	Garantir a participação efectiva das populações nos processos de decisão, desenho e implementação do processo de desenvolvimento regional equilibrado
2. Política macroeconómica	Promoção do emprego	Políticas activas de emprego e de valorização do trabalho (aumento dos salários e promoção do papel essencial do trabalho numa sociedade de bem-estar)

	Promoção do desenvolvimento económico sustentável	Forte apoio ao investimento na formação profissional, apoio às micro e PME's, incentivo ao investimento e à poupança, descentralização do investimento e sua reorientação para o sector produtivo e aumento da qualidade de vida, diminuição da dependência externa incentivando a produção e respectiva diminuição das importações (os produtos agrícolas são um exemplo claro deste tipo de políticas)
	Promoção da economia verde	Aposta nas energias renováveis, nas tecnologias "limpas" quer no sector produtivo, quer no sector social e nos consumos familiares e habitação. Aposta nos produtos amigos do ambiente
	Promoção da cooperação internacional	Planeamento conjunto de serviços e equipamentos na raia ibérica, aprofundamento da cooperação transfronteiriça, criação do bloco ibérico nos organismos internacionais, diversificação dos mercados quer ao nível das importações, quer das exportações
3. Serviços básicos	Educação/formação	Investimento sério na educação e formação, apoio à investigação nacional e regional, apoio à criação de parcerias ensino superior/investigação e tecido empresarial, valorização social da escola pública e do professor
	Saúde	Manutenção/requalificação da rede pública universal de cuidados de saúde, investimento nos serviços de proximidade de qualidade e tecnologicamente avançados, incentivo ao desporto para lazer e manutenção física
	Justiça	Redução significativa da morosidade judicial, forte diminuição dos custos judiciais e em especial os nas questões laborais, redefinição do mapa judicial aproximando a justiça ao cidadão, aprofundamento da articulação entre os vários corpos de polícia

Sugerem-se ainda as seguintes medidas:

a) Carácter geral e urgente

- Criar uma linha de financiamento visando defender e revitalizar o aparelho produtivo e os postos de trabalho existentes o que implica responder, no imediato, às empresas ainda viáveis que se encontrem em situação problemática e revitalizar a indústria têxtil (lanifícios e vestuário) ainda um pilar económico e social fundamental no Distrito.
- Criar um observatório permanente que acompanhe a evolução da situação económica, financeira e laboral de cada uma das empresas para, logo que detectado um desequilíbrio, se poder actuar;
- Realizar auditorias às empresas que devem à segurança social, às finanças e aos trabalhadores;

- Acompanhar, com rigor, isenção e transparência, as empresas que beneficiam de apoios financeiros para se apurarem os resultados obtidos no investimento;
- Redução do IVA para o limite mínimo (15%) para os produtos nacionais.
- Promoção de uma real **política fiscal de discriminação positiva do Interior**, beneficiando as empresas instaladas e a instalar desde que as mesmas respeitem as regras de protecção ambiental e cumpram com as suas obrigações sociais perante a sociedade e com os direitos laborais e sociais dos seus trabalhadores.
- Pagamento do IVA sobre as facturas/recibos efectivamente liquidados e não sobre o volume de facturação.
- Redução da taxa de IRC em 50% para as empresas que se deslocalizem para o distrito ou sejam aqui criadas de raiz.
- Redução significativa da taxa de juro praticado pela CGD (a banca privada teria que a seguir ...).
- Período de carência (5 anos) para o investimento produtivo na condição de criar postos de trabalhos e os manter.
- Alargamento do período de reembolso.
- Redução dos pagamentos especiais por conta calculados a partir de uma média dos últimos 3 anos.
- Redução drástica dos períodos de pagamento pelos organismos públicos.

b) *Carácter sectorial*

- Aumento do investimento público nos serviços de proximidade revendo a actual política de investimento público de duvidosa rentabilidade económica e social (TGV, aeroporto de Lisboa, auto-estradas, etc...).
- Forte campanha de incentivo ao consumo de produtos nacionais (alargamento da quota de mercado promovendo, de forma indirecta, a substituição de importações).
- Apoio à criação de redes de cooperativas de produtores de produtos agrícolas e frutícolas e silvícolas (implica o emparcelamento).
- Apoio à fixação de jovens agricultores e das agro-indústrias.
- Apoio à internacionalização das empresas.
- Apoio à criação do auto emprego (micro empresas).
- Apoio à modernização da indústria têxtil permitindo a sua especialização nos têxteis técnicos e "tradicionais" de elevada qualidade (nichos específicos, a Itália com o seu design pode ser um exemplo).
- Apoio à incubação de empresas, utilizando mais intensamente estruturas do tipo ParkUrbis
- Apoio ao ensino superior e investigação no distrito (UBI e IPCB) articulando as duas instituições, rentabilizando os campos numa lógica de cooperação/integração e não de competição predatória.
- Defender a água como bem e gestão públicas, travando a sua privatização e Defender e promover o ambiente;

- Implementar uma política de prevenção dos incêndios e a reflorestação das áreas ardidas onde o Estado tem de assumir as responsabilidades que lhe cabem na implementação de medidas que obriguem os proprietários a cuidar das florestas, começando por assumir as suas próprias obrigações como maior proprietário;
- Execução das propostas e medidas aprovadas no âmbito do Grupo de Trabalho "Beira Baixa, que Futuro" e concretizar as medidas que, embora insuficientes e limitadas, estão previstas no PRASD;
- Melhorar os transportes e as acessibilidades, mantendo o IP2, o IP5 e o IP6, a A23 e a A25 sem portagens em nenhuma destas vias, concluir o IC8 e o IC6 com características de auto-estrada e construir o IC12 com a inclusão do túnel da Alvoaça e o IC31 que ligará Castelo Branco a Monfortinho e Espanha;
- Modernização da linha da Beira Baixa no troço Castelo Branco-Guarda e adequação de horários às necessidades do tecido social.
- Introdução do metro ligeiro de superfície, utilizando a linha do caminho-de-ferro, entre o Fundão e a Covilhã promovendo a mobilidade inter-cidades e reduzindo os custos da interioridade.
- Apoio à diversificação da actividade económica:
 - a) Serviços de apoio à 3ª idade (o distrito está envelhecido com a tendência a acentuar-se).
 - b) Serviços para a fixação da juventude (o distrito vê-se confrontado com o contínuo abandono da juventude para o litoral).
- Apoio à formação profissional em período laboral.
- A Concretização da Regionalização e Descentralização da Gestão dos Fundos Comunitários e Alteração dos Critérios do PIDDAC.

Estas seriam medidas que complementadas com outras sustentariam **um Plano de Emergência para a Beira Interior, visando a defesa do aparelho produtivo existente e dos postos de trabalho e a Implementação de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito dando prioridade ao investimento nos sistemas produtivos locais, à criação de emprego com direitos, à diversificação das actividades económicas, às micro, pequenas e médias empresas, à qualificação e formação profissional de trabalhadores e empresários e às políticas de inovação, investigação e desenvolvimento.**

11.2. Para o Desenvolvimento Sócio-Laboral do Distrito

A efectivação das leis do trabalho ao nível das empresas e locais de trabalho é um dos grandes desafios que se coloca a todos e ao próprio regime democrático e eu diria é uma condição para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas. É isso que nos mostra a realidade da região. Onde, as que cumprem com o fundamental dos direitos, e ainda são algumas, são aquelas que em melhor situação se encontram.

Por isso, é preciso aumentar o grau de efectivação das normas de trabalho, sendo necessário:

No Plano Laboral e Social

- a) A melhoria dos salários reais pois constitui um pilar essencial de uma estratégia de desenvolvimento económico e social do país, através de uma política económica e salarial

que possibilite o aumento do consumo, como forma de revitalizar o mercado interno.

- b) **Valorização do trabalho, da negociação colectiva**, passando:
- Pelo abandono do processo de revisão do **Código de Trabalho**;
 - Pela revogação da norma injusta e discriminatória sobre a **contratação a prazo de jovens e de desempregados de longa duração**;
 - Pelo cumprimento da lei da **negociação colectiva para a Administração Pública**, garantindo o seu efectivo exercício.
- c) Adopção de uma efectiva política de **promoção da igualdade** e de **combate às discriminações**;
- d) O combate à pobreza e a exclusão social e políticas efectivas de inclusão e inserção laboral e social;
- e) Aplicação de medidas conjunturais de alargamento da protecção social aos desempregados que contribuam para diminuir as dificuldades económicas financeiras que atingem um largo número de trabalhadores que todos os dias são lançados no desemprego **e em especial para aqueles que tendo terminado o subsídio de desemprego e o social de desemprego sem encontrar trabalho, ficarão sem recursos financeiros**;
- f) Realização de políticas que promovam o **pleno emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade**, como factor de progresso e desenvolvimento do distrito e condição essencial para a efectivação dos demais direitos dos trabalhadores;
- g) Superação das carências em infra-estruturas de saúde, ensino e educação, segurança social e cultura, garantindo-lhes uma gestão pública moderna, flexível e responsabilizante;
- h) Dar prioridade aos investimentos nos **Cuidados Primários de Saúde**, em especial no que se refere aos recursos humanos, através da formação de médicos especialistas de medicina geral e familiar e de saúde pública, de enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, de forma a garantir a cobertura adequada, a nível nacional;
- i) Avaliar e fiscalizar, de forma sistemática e continuada, as actividades, os resultados, os níveis de qualidade dos serviços prestados, a universalidade e a igualdade de acesso dos cidadãos ao **sistema público de saúde**;
- j) Promover uma política educativa que dignifique a **Escola Pública, Gratuita, de Qualidade e para Todos**, único garante para uma sociedade que se quer solidária, democrática e desenvolvida;
- k) Adequar o sistema de ensino à sociedade de hoje visando os **princípios de liberdade, igualdade, cidadania, responsabilidade e da solidariedade**;
- l) Desenvolver uma **política de apoio à inovação e à investigação e desenvolvimento**, articulando-a com a **política de educação/formação**;
- m) **Valorizar e dignificar** a função e carreiras de docentes e dos não docentes;
- n) **Combater o abandono escolar**, investindo em dispositivos de prevenção e de apoio escolar;

No Plano da Justiça Laboral

1. Reduzir drasticamente a morosidade da justiça;

2. Revisão do regime do apoio judiciário e do valor das Custas Judiciais, assegurando aos trabalhadores o acesso à justiça;
3. Que à IGT seja atribuído um papel reforçado, com meios humanos e técnicos adequados e suficientes que lhe permitam melhorar a qualidade dos processos inspectivos e sancionatórios;
4. A adopção de medidas de rejuvenescimento e reforço dos meios da IGT e manutenção das suas delegações no Distrito e propondo a abertura de uma dependência na Sertã.
5. Que a política governamental coordene a acção de IGT com a acção de outros sistemas de inspecção, nomeadamente as Inspeções Fiscais, a Inspeção das Actividades Económicas, a Inspeção da Segurança Social e o Serviço de Estrangeiros;
6. O respeito pelo princípio constitucional de que a ninguém pode ser denegado o acesso à justiça por insuficiência de meios económicos;
7. A melhoria da qualidade e adequação das instalações dos Tribunais de Trabalho aos fins a que se destinam e a manutenção dos actuais Tribunais e a criação de um novo Juízo no distrito especialmente vocacionado e dedicado aos processos de Insolvência de Empresas;
8. A promoção das eleições dos Juízes Sociais, bem como da sua formação e dignificação;

O futuro não pode ser de subdesenvolvimento e muito menos pode ser de desumanização das relações laborais.

Ainda há lugar para relançar a economia desta região e requalificá-la para os que nela vivem e trabalham.

Estas são as nossas propostas. Por elas não nos pouparemos a esforços, daí que se coloque de novo na ordem do dia a necessidade e a urgências do envolvimento da população e da união de vontades das forças activas (Autarquias, organizações económicas, sociais, ambientais e culturais, e instituições de ensino e outras) do distrito para, junto do Governo, exigir a implementação das medidas indispensáveis ao desenvolvimento da região.

Aos que têm o poder de decidir, porque para isso foram eleitos, fica colocado o desafio de perceberem que o neo-liberalismo vigente é injusto, é desumano, é factor de retrocesso e de desertificação, aprofunda as assimetrias regionais e as desigualdades sociais, é socialmente indefensável e é economicamente desastroso.

Haja coragem para romper!

Haja coragem para fazer e decidir diferente!

Covilhã, 9 de Dezembro de 2008

A Direcção da USCB/CGTP-IN